



Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil

*Tourism and sustainable development: considerations on the resorts
model in northeast coast of Brazil*

*Turismo y desarrollo sostenible: consideraciones sobre el modelo de
resorts en la costa noreste de Brasil*

Itamar Cordeiro < itamar_cordeiro@yahoo.com.br >

Analista Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH); Mestre em Ordenamento do Território e Planejamento Ambiental (Universidade Nova de Lisboa); Mestre em Geografia (UFPE); Especialista em Gestão e Políticas Ambientais (UFRPE); Gestor Ambiental (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco); Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE), Recife, PE, Brasil.

Eloíza Bento < pscodelo@hotmail.com >

Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE), Recife, PE, Brasil.

Carlos Britto < carlosandrebritto@yahoo.com.br >

Gestor Ambiental (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco); Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE), Recife, PE, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 18-dez-2010

Aceite: 28-jun-2011

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

CORDEIRO, I.; BENTO, E.; BRITTO, C.; Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.355-369, dez. 2011.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



Resumo: Com a colonização europeia foram estabelecidos os primeiros assentamentos humanos no Nordeste do Brasil. Estes assentamentos tinham na cana-de-açúcar o principal suporte de suas economias. Durante séculos a cana-de-açúcar manteve o Nordeste em posição de destaque no cenário econômico nacional. Contudo, no início do século XX, com a industrialização do Brasil, a região Nordeste começou a perder sua importância. Assim, logo se percebeu que o principal recurso para reerguer a economia nordestina era seu próprio território, mais especificamente aproveitamento turístico do litoral. Neste contexto, as políticas de desenvolvimento foram elaboradas no sentido de facilitar a implantação de empreendimentos hoteleiros de grande porte, como os resorts. O presente artigo buscou analisar as consequências deste modelo para o processo de desenvolvimento sustentável. A metodologia empregada neste trabalho usou a teoria relativa ao território e à territorialidade para analisar a lógica subjacente ao modelo de resorts. Como conclusão, é mostrado que o modelo de resort não contribui com a sustentabilidade local, sobretudo porque impede a participação da comunidade local no processo de planejamento e gestão do turismo.

Palavras-chave: Turismo; Resorts; Desenvolvimento sustentável.

Abstract: With the european colonization it was established the first human settlement in Northeast region of Brazil. These settlements have in the sugarcane the main support of its economies. During centuries the sugarcane sustained the Northeast in a highlighted position in the national economic scenario. However, in the beginnings of the 21st century, with Brazil's industrialization, the Northeast region lost its importance. Thus, soon has been realized that the main resource to raise the northeaster's economy was its own territory, more specifically the touristic use of the coast. In this context, the policies of development have been development in a way to facilitate the deployment of hotels, like the resorts hotels. This paper aims to analyses the consequences of this model for sustainable development process. The methodology employed in this paper has used the theory of the territory and territoriality to analyze the logic underlying the model resorts. As conclusion, it is showed the resort hotel model not contributes for local sustainability, mainly because prevents the stakeholder's participation in the process of planning and management of tourism.

Keywords: Tourism, Resorts; Sustainable develop.

Resumen: Con la colonización europea fueron establecidos los primeros asentamientos humanos en el Nordeste de Brasil. Estos asentamientos tenían en la caña-de-azúcar el principal soporte de sus economías. Durante siglos la caña-de-azúcar mantuvo el Nordeste en posición de destaque en el escenario económico nacional. Pero, en el inicio del siglo XX, con la industrialización de Brasil, la región Nordeste comenzó a perder su importancia. Así, inmediatamente se percibió que el principal recurso para erigir la economía de la Región era su propio territorio, más específicamente a través del aprovechamiento turístico del litoral. En este contexto, las políticas de desarrollo fueron elaboradas en el sentido de facilitar la implantación de iniciativas hoteleras de gran porte, como los resorts. El presente artículo analiza las consecuencias de este modelo para el proceso de desarrollo sostenible. La metodología empleada en este trabajo usó la teoría relativa al territorio y a la territorialidad para analizar la lógica subyacente al modelo de resorts. Como conclusión, es mostrado que el modelo de resort no contribuye con la sostenibilidad local, sobre todo porque impide la participación de la comunidad local en el proceso de planificación y gestión del turismo.

Palavras clave: Turismo; Resorts; Desarrollo sostenible.

Introdução

No Brasil, os núcleos urbanos surgem, historicamente, ao longo do litoral, de modo que dos “dezoito primeiros núcleos fundados pelos portugueses, apenas São Paulo não se encontrava à beira-mar” (FREITAS, 2004, p.19). Foi através da colonização europeia que se estabeleceram os primeiros assentamentos humanos no Nordeste do Brasil e foi a partir destes sítios que se deu a gênese da economia brasileira, sustentada, sobretudo, na cana-de-açúcar (MORAES, 1999, p.31) e na mão-de-obra escrava, com rígida supervisão que garantia a prosperidade do negócio, como assinala Furtado (1989).

No início do século XX, com a industrialização do Brasil, a região Nordeste começou a perder sua proeminência, recebendo poucos investimentos, acentuando-se, assim, as desigualdades inter-regionais (FURTADO, 1989). Tal quadro levou à necessidade de se pensar novas estratégias para a região, inclusive a utilização de seus próprios territórios como uma forma de desenvolver a economia local através da visitação; sobretudo num momento histórico em que a sociedade global dava claros sinais de estar viajando mais.

Não tardou até que se percebesse que o principal recurso que se poderia utilizar para este propósito era o próprio litoral, uma vez que “a localização litorânea possui uma série de atributos singulares que vão qualificá-la como uma situação geográfica ímpar” (MORAES, 1999, p.30). A partir de então, o litoral brasileiro será frequentemente palco para o surgimento de empreendimentos turísticos, entre eles as grandes estruturas hoteleiras conhecidas como resorts.

Ocorre que este mesmo litoral, modificado para satisfazer uma necessidade, até certo ponto legítima, de descanso do homem; é também o ambiente onde durante séculos viveram sociedades tradicionais que retiravam do mar seu sustento (DIEGUES & ARRUDA, 2001). Qualquer análise minimamente razoável haverá de convir que um espaço turístico ocupado por grandes formas arquitetônicas e estruturado para receber o capital internacional, como é o caso dos resorts, é incompatível com o modo de vida tradicional das comunidades nele presente; afinal, como bem lembra Claval (2006, p.17), os homens “só se identificam com os lugares onde vivem se estes contiverem signos que compreendam e símbolos que partilhem”.

Tendo em vista, pois, essa lógica conflitante, o presente trabalho se propôs a refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento turístico genuinamente sustentável em territórios onde se localizam megaempreendimentos turísticos do tipo resorts. Trata-se, portanto, de um artigo de revisão bibliográfica, cujo objetivo principal é contribuir com as discussões sobre as reais possibilidades de desenvolvimento turístico decorrentes do modelo de resorts, sobretudo, no que respeita à melhoria da qualidade de vida da população local. Para tanto, procedeu-se, do ponto de vista metodológico, à utilização da teoria relativa ao território e às relações de poder constituídas a partir da territorialidade para analisar a lógica subjacente ao modelo de resorts.

Relações entre Turismo, Território e Sustentabilidade

Espaço e território são categorias analíticas distintas. Espaço é anterior ao território. Isso significa que é a partir do espaço e de ações de apropriação, conduzidas por atores, que surge o território. À ação dos agentes sobre o território, visando demarcá-los, Raffestin (apud SAQUET & SOUZA, 2009)

denomina territorialização do espaço. Território é, por isso mesmo, uma produção a partir do espaço. Conforme ressaltado por Santos & Silveira (2008), o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.

O espaço, enquanto lócus da reprodução das relações sociais de produção, aparece efetivamente a partir da obra de Henri Lefebvre. De acordo com Lefebvre (1976, p.34), do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. O espaço não é, portanto, instância nem representação ou produto, é, sim, constituinte da realidade social, pois ele é a dimensão material concreta das relações sociais (SAQUET & SOUZA, 2009). Nesta mesma linha de raciocínio, Santos & Silveira (2008) vão advogar que o espaço não deve ser entendido como um produto estático, mas sim, enquanto um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá.

É preciso reconhecer que “a produção do espaço social é um processo teleológico” (MORAES, 2005, p.16), ou seja, envolve uma finalidade, um propósito. Neste sentido, “o espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem” (MORAES, 2005, p.15). Assim, como observa Porto-Gonçalves (2006), existem estratégias de poder (de forma muitas vezes velada) que estão em jogo na questão da territorialidade, além de novas formas de dominação que não só prolongam e intensificam os processos anteriores de apropriação destrutiva das comunidades tradicionais, ao desvalorizá-la dentro de códigos do mercado globalizado, como também levam à destruição de sua organização, provocando a erosão das práticas culturais de significação, convivência e solidariedade.

O grande problema, entretanto, é quando estas formas de dominação revestem-se de uma aura desenvolvimentista. Atualmente o termo “desenvolvimento sustentável” tornou-se, como diz Porto-Gonçalves (2006, p.302), “uma expressão que, cada vez mais, faz parte do mainstream”. Com efeito, o que se observa é uma tendência a naturalizar o processo de economização do mundo e de mercantilização da natureza sobre o pretexto de que isto está sendo feito com atenção à conservação do meio ambiente, à justiça social e à dinamização econômica (LAYRARGUES, 1998).

Contudo, tendo em vista que “não existe espaço ‘exterior’ à lógica do capital” (MORAES, 1999, p.160) e que a preocupação com a sustentabilidade dentro de um sistema capitalista resume-se à sustentabilidade das condições que propiciam a reprodução do próprio capital (GEHLEN, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2006), cabe questionar: até que ponto um modelo de desenvolvimento turístico que privilegia e estimula a instalação de empreendimentos pautados pela lógica do capital internacional, possui pode, de fato, contribuir para o processo de construção de sociedades sustentáveis?

A origem do termo “Desenvolvimento Sustentável” surge com a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), criada pela Organização das Nações Unidas em 1983, e que teve como produto final o Relatório Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), divulgado em 1987. Neste documento que ficou consagrada, em nível internacional, a definição de desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas. Segundo Platiau et al (2005), o desenvolvimento sustentável refere-se a um novo modelo de desenvolvimento. Sua emergência resulta, principalmente, da constatação de que era preciso uma via alternativa como resposta

a um modelo civilizacional caracterizado por ser ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto.

Embora ideologicamente perfeito, não se pode perder de vista que o conceito de desenvolvimento sustentável está ideologicamente atrelado ao capitalismo. Por isso mesmo, como vão notar Layrargues (1998) e Foladori (2002), resolve algumas das consequências, mas a causa permanece inalterada. Neste mesmo sentido, Porto-Gonçalves (2004) vai alertar para o fato de que a proposta do desenvolvimento sustentável não leva em conta todo um conjunto de problemas, especialmente os conflitos de interesses entre Norte e Sul, o alto controle das empresas multinacionais sobre as novas tecnologias e o rechaço às iniciativas que entrem em choque com suas estratégias globais. Outra questão criticada pelo autor é o fato do desenvolvimento sustentável pressupor uma confiança velada nas soluções de mercado para os problemas ambientais, minimizando-se a lógica empresarial de externalizar esses custos. Além disto, a própria noção do desenvolvimento sustentável, no seu conceito, pode ser entendida como um paradigma que teria como objetivo tácito atingir o desenvolvimento dos países industrializados.

Como se vê, questões como estas são mais complexas do que as que vêm sendo postas no debate midiático e, até mesmo científico. Por isso mesmo, estratégias de desenvolvimento que se auto intitulem de sustentáveis (e o turismo não é exceção) merecem ser melhor consideradas em suas bases; afinal, como defende Layrargues (1998), uma perspectiva crítica face a termos que estão na moda, dificulta a cristalização e naturalização de discursos tendenciosos.

Não obstante as promessas de desenvolvimento (sustentável) propugnadas por empreendimentos como os resorts, não se deve perder de vista que, sob a égide do capitalismo, o espaço se subordina ao capital e às forças que o reproduzem (LEFEBVRE, 1999, p.164). Neste sentido, para o capital, o espaço será sempre uma estratégia de acumulação para obtenção de mais valia (SANTOS, 2004); o que, por sua vez, só será possível através da mercantilização do mesmo (HARVEY, 2005). Com efeito, como alerta Moreira (2007), a mercantilização da terra e a territorialização do capital não são resquícios feudais nem tampouco um entrave à acumulação capitalista; muito pelo contrário, trata-se de um elemento intrínseco ao capitalismo. A dita mercantilização ocorre através de atividades específicas, dentre as quais, no momento histórico contemporâneo, o turismo é das menos significativas (OURIQUES, 2005).

Percebe-se, pois, que não só o turismo “transforma o valor de uso do território em valor de troca” (LUCHIARI, 2001, p.122), como ele próprio é a matéria-prima para sua conversão em mercadoria. O espaço que serve ao turismo é, singularmente, um centro de produção e também de consumo (OURIQUES, 2005). Neste sentido, a dupla forma de consumo capitalista do espaço (consumo produtivo e improdutivo) da qual falam Moraes & Costa (1999, p.161), encontram-se curiosa e indissociavelmente ligadas no espaço turístico. Como se vê, é por meio da conversão do recurso natural em atrativo turístico que o espaço se torna (turisticamente) comercializável. Mais que isso, com a instalação de grandes infraestruturas privadas de lazer, o espaço torna-se território. Este processo tem impactos bem mais profundos que a simples mudança paisagística. O que tem lugar é uma verdadeira mudança nas dinâmicas sociais (SAQUET & SOUZA, 2009) e nas relações que a comunidade local historicamente estabeleceu com sua terra (GEHLEN, 2009). Neste sentido, cabe compreender a lógica imposta pelos resorts em seu processo de apropriação do espaço, a fim de se ponderar sobre suas possibilidades de desenvolvimento sustentável.

O Modelo de Resorts: Uma Nova Lógica de Utilização Capitalista para a Zona Costeira

Almeida (1999, p.184) sintetiza a ideologia da indústria do turismo contemporâneo quando afirma que a atividade “se justifica na necessidade da busca de novos ambientes para a reposição da energia física e mental” e que “para tal propósito a natureza, em especial as unidades naturais específicas do litoral, tornou-se o ‘recurso turístico’ mais explorado”. No entanto a “predileção” pela praia que se evidencia nos dias de hoje é um produto histórico, resultado de alterações desencadeadas por valores construídos e reconstruídos ao longo do tempo.

As interpretações iniciais sobre o litoral, segundo Corbin (1989, p.12), foram fortemente influenciadas pela Bíblia. A partir, sobretudo, da interpretação dos livros do Gênesis, Salmos e do Livro de Jó, o oceano era entendido como um “instrumento de punição”, uma “lembrança da catástrofe”. O mar relacionava-se intimamente com o dilúvio e trazia à tona as lembranças do castigo divino sobre os homens. Logo, querer penetrar os mistérios do oceano era “resvalar no sacrilégio”. Assim, longe do “paraíso tropical” evocado pelas propagandas modernas, a praia antes do Séc. XVIII era local a ser evitado. A partir da segunda metade do Séc. XVIII, este sistema de representação religiosa começa a se desfazer, dando lugar a outras interpretações. Passa a haver, a partir de então, uma valorização estética do litoral. O europeu que até então tinha receio do mar, passa a valorizar a emoção do banho, na expectativa de que o mar acalmasse suas ansiedades e corrigisse os efeitos perversos da civilização urbana.

A partir desse momento o mar passa a estar associado à cura, de vez que se estabelece uma crença generalizada nos benefícios terapêuticos de um banho de mar. De acordo com Corbin (1989, p.74), acreditava-se piamente que “o frio, o sal, o choque provocado sobre o diafragma pela imersão brutal, o espetáculo de uma gente saudável, vigorosa, fértil até idade avançada, a variedade da paisagem, tudo isso ajudará a curar o doente crônico”. Da mesma forma, Urry (1996) comenta que as classes mercantis e profissionais começaram a acreditar que as propriedades naturais da água do mar davam conta de todos os males. Na corrente desta crença, o banho de mar “era recomendado para curar crianças desnutridas, para recuperar a ‘cor’ dos jovens, para fertilizar as mulheres estéreis e até regular o fluxo menstrual, a exemplo dos fluxos das marés” (FONTELES, 2004, p.30).

A valorização do mar avança a tal ponto que no final do Séc. XVIII pode ser identificado um grande interesse do poder público na construção de espaços de lazer à beira-mar. São emblemáticas as estações de Dobera (Alemanha) e a de Colberg (Prússia); dois marcos históricos em termos de balneários. Inglaterra, França, Holanda e Bélgica também passaram a valorizar seus litorais através da criação de estações balneárias. O prestígio destes espaços era tão grande que contava com a presença constante de membros da aristocracia (FONTELES, 2004, p.34). Seguindo a aristocracia, vinham os burgueses, artistas, escritores, médicos e comerciantes. Por fim, vinham às categorias sociais menos privilegiadas. Estas, na maior parte das vezes por modismo, seguiam para os mesmos destinos litorâneos frequentados pelos mais abastados, enquanto que estas refugiavam-se em outros pontos do litoral, em busca de “novas praias” das quais pudessem desfrutar com mais privacidade. Nesta dinâmica, a representação social sobre o litoral muda de “instrumento de punição” para “paraíso na terra” (CORBIN, 1989).

Outro fator que contribuiu significativamente para a afirmação da praia no imaginário ocidental foi o conjunto de transformações socioculturais e tecnológicas surgidas com o Pós-Guerra (sobretu-

do àquelas associadas ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações, redução do tempo de trabalho – com consequente aumento do tempo livre e férias remuneradas – OMT, 2003). Estas mudanças criaram as condições para que os balneários se expandissem. Assim, para além das gélidas instâncias alemãs, belgas, francesas, holandesas e inglesas, surgiram outras em climas mais amenos como Cote d'Azur (França), Riviera del Fiori (Itália), Ibiza e Ilhas Canárias (Espanha). Desde então, a beira-mar vem experimentando uma valorização cada vez mais expressiva e a moderna atividade turística talvez seja o ícone que melhor represente esta tendência. A região do Mediterrâneo, por exemplo, um dos principais destinos turísticos do mundo, tem na praia seu principal atrativo e registra anualmente quase 100 milhões de turistas internacionais (MTUR, 2004, p.24).

Visto que não necessitaria de grandes investimentos nem requereria mão-de-obra muito especializada, o crescimento econômico a partir do turismo passou a interessar especialmente aos países em desenvolvimento, nomeadamente àqueles da América Latina e Caribe. Para estes, mais que uma atividade econômica, o turismo passou a ser visto como uma força que possibilitaria o crescimento que não foi obtida por outras vias (MARTINEZ & FERREIRA, 2006). Ocorre que, na maior parte dos casos, o modelo de desenvolvimento turístico escolhido por estes países foi o de grandes resorts litorâneos. Conforme sintetiza Cruz (2002, p.80), este modelo consiste na “urbanização turística de trechos de costa pouco ou nada urbanizados, com grande concentração do equipamento [hoteleiro]”.

De acordo com Coriolano (2006, p.160), os resorts no Brasil têm sua origem em 1952. No cenário nacional são emblemáticos empreendimentos como o Transamérica, da Ilha de Comandatuba; o Club Med Itaparica, na Bahia, além do Club Med Rio das Pedras, em Mangaratiba, no Rio de Janeiro; o da Barra de São Miguel, na Praia do Francês, em Maragogi, em Alagoas; os de Pipa e Extremoz, no Rio Grande do Norte; os de Angra dos Reis e Búzios, no Rio de Janeiro, e o de Maria Farinha, em Pernambuco.

Resorts, conforme conceituado por Mill (2003) são:

(...) um conjunto de acomodações e instalações cujo objetivo é oferecer aos seus usuários diversos serviços, especialmente aqueles ligados ao entretenimento. Um tipo de hotel que busca oferecer aos seus clientes um lugar para escapar ou recuperar-se do mundo do trabalho e das preocupações diárias.

Sem margem a dúvidas, pode-se afirmar que nos resorts a exclusividade e a suntuosidade são constantes. A propósito das relações que se processam entre a arquitetura e as questões sociais, Russell (2001, p.75) comenta que a arquitetura sempre teve dois objetivos: “o primeiro, puramente utilitário, de propiciar abrigo e calor. O segundo, de natureza política, de marcar a humanidade com uma ideia”. E especificamente este último, sempre teve a intenção de inspirar medo às classes dominadas. Na medida em que a arquitetura suntuosa dos resorts se impõe, exerce justamente este tipo de “medo”. Arelado a isso, convém também ressaltar que a mesma praia “aberta” ao hóspede é aquela “fechada” ao autóctone. Nada mais óbvio, uma vez que, como coloca Harvey (2005), os novos espaços de acumulação do capital tendem a destruir modos não-capitalistas de produção.

No entanto, a característica mais marcante no modelo de resort é a sua preocupação em manter o hóspede dentro do equipamento de hospedagem, de forma que todas as suas necessidades possam ser satisfeitas pelo e no próprio estabelecimento. Parte da estratégia que incentiva o hóspede a permanecer no hotel é a adoção do sistema “tudo incluso” (all inclusive) que, no entendimento de Gutiérrez (2002, p.117), é um produto “direcionado especialmente para destinos de praias”. Nesta

modalidade de hospedagem o hóspede paga, antecipadamente, por todas as despesas de sua estadia e, por esse motivo, sente-se no direito de usufruí-los ao máximo; o que implica seu confinamento.

Longe de ser fruto do acaso, a estrutura requintada e padronizada, bem como a localização geográfica (principalmente esta última) dos resorts obedece a uma lógica racional de acumulação capitalista. Embora alguns pesquisadores, como Gutiérrez (2002, p.135), sustentem que a referida estandardização é uma maneira de “preservar a qualidade e a excelência”, acredita-se, tal como De Masi (2000, p.51), que não passa de uma estratégia concebida para viabilizar um ciclo contínuo, em circuito fechado, de reprodução do capital por meio de “métodos estandardizados para fazer produtos estandardizados, vendidos a preços estandardizados”. É nesta mesma linha de raciocínio que Barros & Ribeiro (1994, p.25) caracterizam os resorts como “templos auto-contidos do lazer e do privilégio, bunkers que se constroem sobre a fantasia da busca da autenticidade, da sedução hedonista do prazer do consumo fácil, protegido e serviçal”.

Embora Proserpio (2003, p.89) identifique que a presença das grandes cadeias internacionais de hotéis traz benefícios como: “multiplicação da oferta de serviços e quartos, melhoria da qualidade, transferência de habilidades tecnológicas, administrativas e organizacionais, barateamento de preços, qualificação da mão-de-obra e aumento do emprego”, convém acrescentar que as implicações decorrentes da instalação de um resort, sobretudo em países em desenvolvimento, têm natureza bem mais complexa. Isto porque os resorts representam uma nova organização socioespacial que se desenvolve sobre uma organização socioespacial preexistente, de modo que “seria um engano crer que não há embates decorrentes do encontro dessas diferentes temporalidades” (CRUZ, 2002, p.12). De fato, como defende Fonteles (2004, p.151), “a entrada do ‘outro’ e o seu reconhecimento pelo ‘eu’ que já se encontra em um determinado lugar, faz com que o mapa local seja redesenhado, reinventando-se o cotidiano”.

É inegável que a territorialização provocada pelos resorts provocou a segregação das populações ditas nativas ou tradicionais em favor dos reordenamentos necessários à ocupação turística (CORIOLANO, 2006). Tal fato, aliás, não poderia ser de outra forma, haja vista que, como observam Gehlen et al (2009, p.03):

(...) concessões a grandes empreendimentos nos territórios compostos por populações nativas, dependentes dos processos de trabalho inerentes às suas localidades, vem provocando a perda do lugar, a migração para outras regiões e a submissão às precárias relações de trabalho, inseridas no ideário neoliberal, dos novos ocupantes do lugar.

Por isso mesmo, é preciso observar com ressalvas as promessas desenvolvimentistas relacionadas a esse modelo de turistificação. Os exemplos de destinos turísticos que optaram pelo modelo de resorts corroboram essa posição. Ao examinar o caso das Ilhas do Caribe, Pattullo (1996) constatou que os benefícios advindos da atividade não suplantaram as expectativas da população local. Neste sentido, conclui a autora, os resorts não colaboram para a melhoria da qualidade de vida da população da região. Pelo contrário, o que houve foi uma corrupção das comunidades locais. Estas tiveram sua cultura transformada em mercadoria e seus integrantes convertidos em “aliens na sua própria terra”. Vigna (2006), ao estudar o caso de Honduras, chega à semelhante conclusão. Segundo a autora, a expropriação dos garifunas¹ ao longo de 300 hectares de litoral em 2004, para a instalação do

1 Comunidade tradicional afro-crioula instalada nas praias do litoral caribenho desde os anos de 1880.

Micos Beach & Golf Resort acarretou em prejuízos sociais, econômicos e culturais para as famílias removidas.

O que há de comum em ambos os exemplos citados é que os interesses e as necessidades locais só foram mencionados na altura em que serviram como justificativa pró-instalação dos grandes equipamentos hoteleiros. Aliás, isto é o que “caracteriza o processo de implantação de equipamentos turísticos na América Latina” (RODRIGUES, 2003, p.23). Se a instalação de resorts um advento recente, seria até mesmo plausível o argumento de que os efeitos negativos experimentados pela instalação dos mesmos no Caribe, em Cancun e em Honduras constituíssem um caso à parte, algo isolado. No entanto, o que se verifica é justamente o contrário; a gama de impactos negativos perpetrados às comunidades locais devido à instalação dos resorts é regra, e não exceção.

Isto posto, é preocupante notar que, não obstante os efeitos nocivos dos resorts sejam bastante conhecidos, o Brasil insiste em adotar este mesmo modelo em suas políticas governamentais de estímulo ao aproveitamento turístico do litoral. Simultaneamente à constatação de que, no Brasil, o foco da ocupação do espaço com vistas à sua utilização para fins turísticos tem sido a zona costeira (BECKER, 1999), verifica-se, igualmente, que “um dos traços mais característicos da evolução do turismo brasileiro nos últimos 20 anos é o grande crescimento do número de hotéis classificados como resort” (ROSA & TAVARES, 2002, p. 87).

Segundo a Associação Brasileira de Resorts², existem atualmente 28 resorts de praia em operação no Brasil, com mais sete que foram reformados em 2006 e outros cinco que abrirão até 2011. Isto dá uma ideia aproximada de qual é a tendência para a urbanização com fins turísticos para o litoral brasileiro até o final da primeira década do séc. XXI. A região Costa dos Coqueiros, por exemplo, localizada ao norte de Salvador é formada por “grupos hoteleiros internacionais – *SuperClubs Brezes*, o *Accor*, proprietário do *Softel Conventions & Resort Costa do Sauípe*, e a cadeia *Marriot* com o *Renaissance Costa do Sauípe*. Tal empreendimento é a marca definitiva da entrada em cena do grande capital no mercado turístico global” (GONÇALVES, 2002, p. 107). No litoral sul de Pernambuco figuram: o *Nannai Resort Muro Alto*; o *Summerville Beach Resort*; o *Beach Class Muro Alto*; o *Mercure Apartments Marulhos*; o *Dorisol* e o *Enotel*, estes dois últimos de bandeira portuguesa.

Sob a Ótica do Desenvolvimento Local: Reflexões acerca do Modelo de Resorts

Perico & Ribeiro (2005) e Porto-Gonçalves (2006), afirmam que a relação do homem com o mundo mudou. Se antes ela era local-local, agora é local-global. Nesta nova perspectiva, o funcionamento dos sistemas locais deixou de ser reflexo do resultado das relações sociais em âmbito local e passou a receber influências das firmas e/ou instituições situadas no centro do sistema mundial (SANTOS & SILVEIRA, 2008; PERICO & RIBEIRO, 2005; HARVEY, 2005).

A globalização vem alterando, profundamente, as estruturas produtivas, as relações técnicas e sociais de produção e os padrões organizacionais e locacionais (MOREIRA, 2007). De certa forma, isso equivale a dizer que seria impossível isolar o local, a ponto de crer que a influência (remota) dos atores hegemônicos não se fizesse sentir, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente.

Sendo assim, o menor lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diver-

2 http://www.resortsbrasil.com.br/resorts_brasil.aspx, acesso em 15.09.2010.

sos e ordens (SANTOS & SILVEIRA, 2008; MOREIRA, 2007; SANTOS, 2005). É dessa forma que o controle das funções locais tende a migrar, parcialmente ou no todo, para centros de decisão longínquos e estranhos à própria localidade (MOREIRA, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Segundo Santos (2006), pode ser bastante questionável a forma como a globalização da economia contribuiu para a expansão do consumo na periferia do sistema mundial. O aumento da pobreza e a continuidade das formas de subsistência tradicional revelam que uma grande parcela da população mundial tem pouco contato com o consumo mercadorizado e o que se esconde por traz disso é o fato das expansões de consumo dos trabalhadores do centro – países ricos - terem sido feita a custa da exploração e da contração do consumo dos trabalhadores da periferia – países pobres. Com a globalização, a influência das decisões que emanam de lugares diversos, por muitas vezes, externos à fronteira nacional, acabam por influenciar *sui generis* o cotidiano de populações locais (PERICO & RIBEIRO, 2005; MOREIRA, 2007). Isso se verifica com mais evidência em países terceiro-mundistas, nos quais muitas dessas comunidades locais, via de regra, carecem de informação e organização necessárias para fazer frente às imposições externas (SANTOS & SILVEIRA, 2008).

Contudo, da perspectiva do território, tão importante quanto o aumento da influência das multinacionais, são as alterações nas redes de poder que ocorrem com a chegada do capital internacional (PORTO-GONÇALVES, 2006). Quando as infraestruturas que o representam (e os resorts não são exceção) se instalam em determinado espaço, passam a criar uma ordem que só interessa a si mesmas (SHIVA, 2003). Neste novo contexto, as relações de poder que estavam pulverizadas à escala de comunidades isoladas, passam a depender de um controle unificado (SANTOS & SILVEIRA, 2008). Isto é preocupante, sobretudo, porque compromete a autonomia das comunidades locais.

Cumprir destacar ainda que a instalação de qualquer infraestrutura demanda a utilização de recursos naturais. Recursos estes que, assim como o território, foram historicamente explorados pelas comunidades locais e com os quais as mesmas desenvolveram uma relação estreita. Consequentemente, a territorialização envolve, além das questões relacionadas com identidade e poder, também o acesso aos recursos naturais do local. Logo, pensar a instalação de resorts envolve também considerar a delicada questão envolvendo a utilização cuidadosa da base biofísica e ambiental do território. Implica, como bem coloca Cavalcanti (1997), considerar a maneira como os recursos da natureza são empregados e os correspondentes benefícios, compartilhados.

Considerações Finais

Embora a noção de desenvolvimento seja costumeiramente atrelada à ideia de melhoria qualidade de vida, na verdade vários tipos de desenvolvimento são possíveis. Especificamente em termos de destinos turísticos, Berberis (apud BENI, 2002) considera que o dito desenvolvimento pode ser de três tipos: o desenvolvimento local ou autóctone³, a colonização democrática⁴ e a colonização

³ Vinculado ao capitalismo popular de empreendedores nativos. Neste modelo as iniciativas começam individualmente para depois criarem um efeito multiplicador com o envolvimento de grande parcela da comunidade

⁴ Caracterizada pelo afluxo dos pequenos investimentos dos cidadãos. Desejando a implantação do turismo, mas não dispondo de capital suficiente para prover as instalações para que este ocorra, a comunidade local abre as portas para o capital externo, que são em sua maioria pequenos e médios empresários privados que se preocupam com a implantação de pequenos hotéis não necessariamente de luxo.

aristocrática⁵. O modo como o espaço é produzido fornece claras indicações do tipo de desenvolvimento que se processará. Em espaços no quais “o turismo é, em geral, promovido por interesses variados de pessoas de fora da região” (BRANDON, 1995, p.228) ou naqueles nos quais “o turismo não se encontra estruturado de forma a satisfazer as necessidades locais” (WEST & BRECHIN apud BRANDON, 1995, p.228), é o modelo de colonização aristocrática que irá vingar.

Produzir o espaço unicamente para o visitante (enclausurando-lhe), a exemplo do que fazem os resorts, é criar, o que Santos (2008) chama de um “espaço dividido”, onde surgem dois circuitos da economia e onde as perspectivas da comunidade local auferir ganhos reais em sua melhoria de vida são parcas. Neste sentido, é preciso cautela com empreendimentos como parques temáticos, SPA’s, resorts, hotéis de luxo, entre outros que segregam a comunidade local do turista (BECKER, 1995, p.05).

Falar de desenvolvimento, nos moldes de um modelo aristocrático, é tratar unicamente do desenvolvimento dos hotéis e não das comunidades; e isso, evidentemente, não configura um desenvolvimento sustentável. Outrossim, a aclamada sustentabilidade, a qual a maioria das políticas públicas arroga-se perseguir, acaba por não ser outra que não a sustentabilidade das grandes infraestruturas hoteleiras.

Embora seja provável que o provimento de melhorias infra-estruturais contribua para o bem-estar das comunidades locais (ainda que tenham sido concebidas originariamente em função dos turistas), há que se reconhecer que isto não implica, necessariamente, no desenvolvimento dessas comunidades. Neste ponto, concorda-se com Oliveira & Lima (2003) quando afirmam que pensar em um desenvolvimento sustentável é, antes de tudo, viabilizar a participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos no processo de crescimento.

É neste sentido que se advoga a necessidade em se rever, com mais minúcia do que a questão costumeiramente é tratada, a posição de que os resorts trazem, necessariamente, desenvolvimento para os locais nos quais se instalam. Desenvolvimento turístico, entende-se, pode ocorrer tanto através do desenvolvimento **do** turismo, como do desenvolvimento **pelo** turismo. Pensar o desenvolvimento **do** turismo é defender o desenvolvimento da atividade. Encarado desta forma, o sujeito a ser beneficiado permanece implícito, e isto permite, até certo ponto, o favorecimento do setor privado. Por outro lado, a ideia de um desenvolvimento **pelo** turismo muda o foco das atenções. Ou seja, conduz à discussão do plano abstrato e do implícito para o do concreto, uma vez que põe em causa quem ou o quê será alvo do dito desenvolvimento. Questionamentos dessa natureza são fundamentais para se falar em desenvolvimento sustentável, ainda mais em um período de globalização neoliberal (SANTOS & SILVEIRA, 2008; MOREIRA, 2007; PERICO & RIBEIRO, 2005) na qual a crença nas virtudes do mercado chega a se aproximar de um fundamentalismo, de modo que nada parece fazer sentido a não ser a partir do mercado e da economia (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Por fim, cabe ressaltar que o turismo não deve ser visto como um produto homogêneo. Por certo há casos em que seu desenvolvimento ocorreu de maneira condizente com seu entorno e, até mesmo sustentável, como é no caso da Prainha do Canto Verde, no Ceará (CORIOLANO &

5 Planejada por grandes capitais sobre vasta superfície. Neste modelo, o turismo ocorre porque a autoridade política ou financeira lança um projeto de valorização. Surgem assim alguns grandes hotéis destinados a acolher clientes da alta aristocracia.

MENDES, 2003). Contudo, reforça-se, isto só foi possível a partir do momento em que houve o efetivo engajamento da comunidade local no processo de planejamento. Sustenta-se, portanto, que a real noção de desenvolvimento turístico passa, necessariamente, por uma mudança de mentalidade. Mudança esta que entenda o desenvolvimento turístico não apenas como um “desenvolvimento **do** turismo”, mas como um “desenvolvimento **pelo** turismo”. O desenvolvimento pelo turismo acontecerá, em efetivo, quando a comunidade resolver determinar seu próprio projeto de turismo ao invés de simplesmente ser uma espectadora apática e resignada.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. G. Turismo e novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, A. (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, p.184-190, 1999.

BARROS, F.; RIBEIRO, G. **A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade na contemporaneidade**. UNB/ICS: Brasília, 1994.

BECKER, B. **Os impactos da política federal de turismo sobre a zona costeira**. Brasília: MMA, 1995.

BECKER, B. Políticas de planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.; CRUZ, R. (orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. HUCITEC, pp. 181-192, 1999.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 7. ed., São Paulo: SENAC, 2002.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. In: LINDBERG, K; HAWKINS, D. (Eds.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

CARLOS, A. F. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.; CRUZ, R. (orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, pp. 25-37, 1999.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo, Cortez, 1997.

CLAVAL, P. **História da geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CORBIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, L. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L.; MENDES, E. A prainha do Canto Verde: lócus de resistência e turismo comunitário. In: CORIOLOANO, L.; LIMA, L. (Orgs). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, p. 173-196, 2003.

CRUZ, R. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA/USP/NUPAUB, 2001.
- FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba**, n. 102, p. 103-113, junho, 2002
- FONSECA, M. A.; COSTA, A. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, v.3, n.6, pp.25-52, 2004.
- FONTELES, J. O. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.
- FREITAS, M. **Zona costeira e meio ambiente: aspectos jurídicos**. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Direito), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.
- GEHLEN, V. et al. O trabalho e o lugar: a pesca artesanal na Ilha de Deus. In: CALLOU, A.; GEHLEN, V.; SANTOS, M. (Org.). **Comunicação, Gênero e Cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009, v.1, p. 211-221, 2009.
- GONÇALVES, A. A importância do planejamento governamental do turismo: o PRODETUR na Bahia. **Bahia Análises & Dados**. Salvador, v.12, pp.101-114, setembro 2002.
- GUTIÉRREZ, M. El Modelo Todo incluído en Cuba: evolución y perspectiva. **Revista Economía y Desarrollo**. v.130, n.1, pp.116-137, junho, 2002.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Brasília, 2001.
- IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros**. 2000. Disponível em «www.ibge.gov.br»; acesso em 15/10/06.
- LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes/PNUMA, 2001.
- LUCIARI, M. T. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCIARI, M. T. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2ª ed. Campinas: Papyrus, pp.105-130, 2001.
- MILL, R. **Resorts**: administração e operação. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- MONTERROSO, L. **Meio ambiente e desenvolvimento turístico no litoral sul de Pernambuco: papel dos actores institucionais**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- MORAES, A. C.; COSTA, W. **A valorização do espaço**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MORAES, A. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MOREIRA, R. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Aquarela**: marketing turístico internacional do Brasil. Brasília: MTUR/EMBRATUR/Chias Marketing, 2004.

NEUHAUS, E; SILVA, J. (Orgs.). Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Disponível em: <http://www.fboms.org.br/gtnovo/TURISMOFSM2005.pdf>. Acesso em: 02.dez.2006.

OLIVEIRA, G. B; LIMA, J. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, v.6, n.2, 2003.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OURIQUES, H. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

PATTULLO, P. **Last resorts: the cost of tourism in the Caribbean**. New York University: 1996.

PEARCE, D. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

PERICO, R; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2005.

PLATIAU, A.; SAYAGO, D.; NASCIMENTO, E.; MOTA, J.; DRUMMOND, J.; MOURÃO, L.; DUARTE, L.; WEHRMANN, M.; BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M.; LITTLE, P.; THEODORO, S. Uma crise anunciada. In: THEODORO, Suzi. **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2004.

PROSERPIO, R. **O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil: 1994-2002**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, A. Patrimônio, território y emprendedorismo: pilares del desarrollo del turismo en base local. **Aportes y Transferencias**. Año 7, vol.II, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, pp.11-30, 2003.

ROSA, S.; TAVARES, M. A recente expansão dos resorts no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.16, pp. 85-104, setembro, 2002.

RUSSELL, B. O elogio ao ócio. In DE MASI, Domenico (org.). **A Economia do Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, pp.47-137, 2001.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed, São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, L. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, M.; SOUZA, E. (Orgs). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

TORRES, R.; MOMSEN, J. Gringolandia: the construction of a new tourist space in Mexico. **Annals of the Association of American Geographers**. V.95, n.2, pp. 314-335, Junho, 2005.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VIGNA, A. Em nome da natureza.... LE MONDE Diplomatique, disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2006-07,a1347#nh8>> Acesso em: 04. dez. 2006.